

REFLEXOES SOBRE UMA LUTA DUVIDOSA

Durante 11 anos, nós os negros petistas e militantes do Movimento Negro - MN, defendemos uma posição de que a organização interna do PT, ao invés de democratizar a participação de suas bases militantes, criou uma "ditadura" das tendências, onde quem não tivesse afinidade com uma das forças existentes no interior do partido, não teria qualquer condição de apresentar tese, ou mesmo se candidatar a delegados para os Encontro deliberativos do PT, em quaisquer dos níveis.

Os negros petistas e militantes do MN, devido à total postura de indiferença das forças políticas interna do PT, frente à sua problemática social nacional e internacional, não se aproximaram de nenhuma dela e os que agiram diferente, devido à reiteração da opinião de se ignorar que no Brasil existe racismo, foram "obrigados" pela suas convicções políticas a se juntarem a seu companheiro e irmãos de lutas.

Em 1988 com o advento do Centenário da assinatura da "Lei Aurea", a Direção Nacional do partido, num rasgo de retrocesso, que terminou por coroar a falta de posição do PT sobre a luta pelas mudanças nas relações raciais na sociedade brasileira, nomeou uma Comissão do Centenário, que surgiu sem qualquer discussão anterior com o conjunto da militância geral do partido e muito menos com os negros com militância no PT/MN. Esta Comissão não apresentou qualquer proposta conseqüente, que justificasse sua existência e, se não bastasse sua inoperância, por muito pouco não criou um grande atrito entre o partido e sua militância negra, pois num instante de pueril inspiração esta tal Comissão de "Notáveis" propõem para o PT que organize uma manifestação na Praça da República, que não se perca pelo nome, contra a passeata unitária aprovada pelas diversas forças políticas, dentre elas os petistas, do MN.

Diante de tal realidade imposta pela Direção Nacional do partido, houve uma movimentação política interna, que terminou por se propor o 2º Encontro Nacional de Negros Petistas, com a posição de se tentar tomar pé da situação e tentar inverter o quadro surrealista criado pelos "Notáveis", este ocorreu no CALIR, na cidade de Vianna - ES. Neste Encontro foi aprovada uma Coordenação Nacional da Sub-Secretaria de Negros do PT, que persiste até nossos dias, embora parte de seus componentes sequer continue filiado ao PT atualmente.

De 88 até nosso dias não ocorreu nenhum novo Encontro Nacional de Negros Petistas, em SP várias tentativas para se realizar um Encontro Estadual se frustraram, exceto em 89 pouco antes de se iniciar a campanha do companheiro Lula à presidência.

Com a aprovação da realização do 1º Congresso do PT, nós do PT/MN iniciamos uma discussão na Secretaria Nacional de Movimentos Populares, sob a Coordenação da companheira Sônia Hipólito, para que o partido abrisse condições de participação para militantes dos Setores Discriminados, organizados no PT. Para tantos foram elaborados vários documentos com propostas que foram apresentados ao Diretório Nacional - DN, após muitas discussões foi aprovada a participação dos Delegados Setoriais.

Para nossa surpresa o discurso dos militantes negros do PT de que inexistia uma democracia interna no partido, sofreu uma alteração brutal, pois estes mesmos companheiros que assumiam este discurso passaram a defender a participação nos Encontros Zonais, com a argumentação de que estes permitiam a que se saísse delegados aos Encontros do partidos muito mais facilmente que os Encontros Setoriais - ES. Sem entrar muito fundo na discussão questionamos tal posição, porque a mesma não leva em consideração o retrocesso que ela acarretou ao se desmobilizar o ES, em nossa opinião a Direção do partido só não questionou este contra senso devido ao pouco interesse que o mesmo desperta entre suas preocupações política.

Nossa participação no Congresso foi minúscula, omissa e sem qualquer relação política com o conjunto do partido, principalmente, com aquele que luta contra o racismo. As propostas aprovadas o foram de forma, segundo Nelson Rodrigues, burra, ou seja unânime e sem qualquer discussão.

Infelizmente em 1992, " não tentamos, não inventamos, não fizemos nada diferente", ou seja, o ES voltou ao seu passado, apesar das 1.400 cartas que foram enviadas pelo Diretório Regional de São Paulo, esta situação nos remete às seguintes questões para serem refletidas por todos: Existe no interior do PT alguma força política que tenha como prioridade a luta contra o racismo e que justifique o partido abrir espaço para que ela possa se organizar em seu interior? A luta contra a discriminação racial e o racismo deve ter algum nível de prioridade em qualquer partido que se proponha a ser o agente transformador das relações sociais no Brasil? A população negra deve ter um canal de expressão próprio no interior do PT, ou na luta pela democratização da sociedade ela pode muito bem ser representada por componentes de outra etnias que professem solidariedade à luta anti-racista? Numa proposta de um governo popular a questão da visibilidade não deve ser levada em consideração, ou seja, apesar dos negros estarem sempre marginalizados pelo poder nos governos burgueses, num governo democrático popular sua presença não se faz necessária assim como o de quaisquer setores oprimidos da sociedade? Os negros militantes do PT, que não tenham compromissos, nem consciência de sua situação de discriminados na sociedade brasileira são militantes completos, ou só ter meia ou parte da consciência de sua situação social é o bastante? E para encerrar, esta bateria de perguntas, como confiar numa proposta política que afirma ou mesmo em sua prática política demonstre, que sua luta não tem importância no espectro político analisado por ela?

Em nossa opinião, o PT e suas forças políticas internas deveriam procurar responder as questões acima, de forma a que o processo de discussão se aprofunde não com a intenção de se apresentar verdades absolutas, mas sim fazer com que todos tomem posições conseqüentes frente este problema. Falta ao partido definir uma política para a população negra. Ao nosso entender para se atingir tal estágio as correntes devem procurar quem dentre os militantes petistas estão mais próximos de sua propostas ou mesmo atrair para junto de si quem lhe interessar e a partir daí formular propostas sobre estas questões para o PT.

A discussão sobre os setoriais deve ser feita de forma mais aberta, assim como também mais aprofundada, onde quem seja contra

justifique sua posição de forma explícita, o mesmo deve fazer quem seja favorável. A proposta que obtiver a maioria deve ser assumida de fato pelo conjunto dos militantes do partido, seja ela qual for, vale lembrar que não há qualquer interesse em posição paternalista como as que até agora vem sendo tomada pelo partido, ou seja aprovar propostas com o medo de ser acusado de racista mas deixa ao negros que resolvam "seus problemas". Os ESs pode ser tomado como exemplo, pois quem o aprovou nada fez para que eles acontecessem assim como não cobrou sua não realização, já quem foi contra assumiu uma postura de boicote onde valeu até oferecer lugar na chapa para que os militantes não participassem do Setorial de seu interesse. É lamentável que tais "ofertas" tenham sido aceitas por muitos "militantes setoriais".

Esta se tornando um incômodo insustentável, aos militantes negros petistas, o assédio que vem sofrendo a população negra vindo da direita, e ante a posição de avestruz do PT, termos que tergiversar sobre o porquê de nossa opção política.

É público e notório que a sociedade brasileira é injusta e que a luta de classe não é resposta para todo tipo de exploração, discriminação, opressão que se sofre em sociedade. Nós não queremos que o PT reduza sua proposta de luta por uma sociedade mais justa, igualitária e democrática à questão racial, muito menos que a atenção que tenha que ser dedicada a esta seja feita em detrimento a qualquer luta contra exploração, discriminação, opressão existente em nossa sociedade tão pródiga em injustiça, mas sim exigimos que ao menos seja dedicada uma atenção minimamente decente para a causa anti-racista.

Como proposta inicial defendemos que as Direções Nacional, Estaduais e se possível Municipais, participem de Seminários que sejam ministrados por Florestan Fernandes, Otavio Ianni, Jacob Gorender, Clóvis Moura, e mais militantes do PT/MN, de preferência no Cajamar onde se faria uma discussão profunda sobre este tema e se procuraria daí sair com uma posição mínima mas consistente do PT e a Questão Racial.

Esperamos que este documento seja primeiramente lido, posteriormente discutido e se possível respondido pelo conjunto dos militantes petistas.

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do militante negro petista João Batista de J. Félix.

São Paulo, 14 de abril de 1992